

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 04 - 31 de Março de 2023



CAOS NO ALOJAMENTO DE URUCU (AM) É DENUNCIADO EM REUNIÃO DE SMS

Sindicato cobra solução da UN-AM para problemas na hospedagem dos(as) trabalhadores(as) e outras demandas da categoria.

A situação precária a que estão submetidos(as) os(as) petroleiros(as) embarcados(as) foi destaque na reunião bimestral entre o Sindipetro PA/AM/MA/AP e representantes das gerências de SMS e RH (local e corporativo), realizada em 28/03.

A direção da entidade sindical protestou contra situações como: goteiras no teto molhando as camas por vazamento do ar-condicionado; revestimento de paredes soltando; deficiência no serviço de limpeza – acúmulo de mofo, poeira, teias de aranha, falta de troca do saco de lixo no descarte.

Além disso, a “economia” de energia elétrica de manterem ar condicionado dos quartos desligados antes do retorno das pessoas (almoço e fim do expediente) tem levado a outros problemas como: piso molhado, gerando risco de quedas; uso

de toalhas úmidas pela falta de secagem adequada; empregados(as) com sintomas gripais sendo obrigadas a tomarem banho gelado, entre outros problemas.

A representação da gestão da empresa admitiu que foram detectados problemas na última inspeção quadrimestral de risco sanitário e acertou com o Sindicato a realização de uma inspeção conjunta para verificação os pontos levantados. O RH informou, ainda, que há previsão de obras de revitalização dos alojamentos para 2024, ao que os dirigentes sindicais solicitaram que, na fase de projeto, seja realizada ampla consulta à categoria para que se permita a sugestão de melhorias.

Leia a matéria completa com as demais pautas discutidas na reunião (alimentação, acidente e falta de EPIs) no site do sindicato: sindipetroamazonia.org.br

EDITORIAL

Sem anistia, por Verdade, Justiça e Reparação!

Derrotado o governo do genocida, miliciano e golpista Bolsonaro, o país volta a encarar a necessidade de que o Estado e suas Forças Armadas assumam a responsabilidade pelos crimes dos seus agentes durante a ditadura civil-militar de 1964-85.

A falta da elucidação completa dos fatos e punição aos responsáveis pelo Golpe de Estado e dos governos autoritários das duas décadas seguintes foi o que permitiu a vitória eleitoral, em 2018, de um ex-militar saudosista daquele período. Da mesma forma, incentivou que a ultradireita tenha realizado uma tentativa golpe de força contra o governo eleito de Lula ainda nos seus primeiros dias, em 08/01.

Exemplos não nos faltam, nos países vizinhos, de processos exemplares de acerto de contas com a História. Na Argentina e no Chile, por exemplo, foram julgados e condenados militares de alta patente responsáveis por crimes contra a humanidade, como tortura e ocultação de cadáveres de opositores de seus regimes. Sobre este assunto, vale a indicação do filme "Argentina, 1985", que narra a história verídica dos promotores públicos que ousaram investigar e processar a ditadura militar mais sangrenta do país.

Este Sindicato, herança de uma trajetória de seis décadas de luta dos(as) petroleiros(as) pelas liberdades democráticas, relembra a efeméride do golpe de 1964 homenageando todos(as) os que perseguido por aquele regime odioso, especialmente trabalhadores da categoria e seus dirigentes sindicais fundadores. Ditadura, nunca mais!

Petros: FNP obtém decisão que suspende bônus escandaloso!

Judiciário barra pagamento milionário para dirigentes indicados pela patrocinadora para a gestão do Fundo

A 36ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro publicou, nesta terça-feira (28/3), decisão sobre o pedido de tutela dos sindicatos da FNP para suspender o pagamento de bônus na Petros.

Na Ação Civil Pública, a Federação argumentou que:

"A proposta aparenta estar muito além das possibilidades de gasto da Petros. Não há como reajustar honorários de dirigentes em patamares de até 130% e pagar bônus de mais de 12 remunerações com o atual orçamento já aprovado pelo Conselho e que já supera a receita prevista para 2019. Um pedido de suplementação orçamentária para atender a proposta é inviável.

Considerando que temos um TAC com a Previc para adequação do custeio administrativo da Petros, essa proposta parece fora de propósito."

A documentação anexada ao processo comprova a restrição de direitos de participantes e funcionários, bem como o quadro financeiro crítico da instituição. A decisão destaca que, diante desse cenário, o pagamento de bônus aos diretores não é transparente e parece não ser justificado.

Decisão do STF sobre os PEDs

A decisão do STF vai ao encontro do entendimento da FNP, ou seja, a Petros não poderia usar este dispositivo, SLS (Suspensão de Liminar e Sentença) de uso de entes públicos para proteção do interesse público, ao qual a Petros não se enquadrava por ser uma Fundação de Direito Privado, logo defende interesse privado, podendo usar quaisquer outros dispositivos legais disponíveis.

Confira no site da FNP

(fnpetroleiros.org.br/) a nota completa sobre o assunto



No Maranhão, educadores realizaram mais de um mês de greve por reajuste salarial, melhorias nas escolas, concurso público para todos os setores, regularização do pagamento dos terceirizados e do fornecimento de merenda para os alunos, além de exigir o fim do assédio moral e a revogação do Novo Ensino Médio. A justiça decretou abusividade do movimento, que decidiu retorno ao trabalho nesta quinta-feira (30/03), após arrancar 11% de aumento.